

DIRETORIA DO FÓRUM CRIMINAL

Expediente de 14/6/2023

EDITAL DE LEILÃO ELETRÔNICO Nº 25

A Doutora **DANIELA SCHIRATO COLLESI MINHOLE**, Juíza de Direito e Diretora do Fórum Criminal do Estado de Roraima em Exercício, torna público para conhecimento dos interessados que fará licitação na modalidade Leilão (**Processo Administrativo SEI nº 0011713-12.2023.8.23.8000**, na forma eletrônica, do tipo maior lance, pelo Leiloeiro Público Oficial Wesley Silva Ramos, Matrícula JUCERR nº 005/2016, para o leilão de bens apreendidos em ações penais, com base na **Resolução nº 09, de 16 de julho de 2008 – TP/TJRR e suas alterações pela Resolução nº 029, de 08 de novembro de 2017– TP/TJRR, art. 123 do CPP, art. 144-A do CPP e nos procedimentos Cíveis pelo Art. 852 da Lei 13.105 de 16 de março de 2015 do Código de Processo Civil.**

DA SESSÃO PÚBLICA DO LEILÃO ELETRÔNICO:**1º LEILÃO**

No 1º Leilão (praça) por preço igual ou superior ao valor da avaliação.

DATA: 28 de junho de 2023

HORÁRIO: 9h00min. (horário local)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.wrleiloes.com.br

ENDEREÇO PRESENCIAL: Rua Três Marias, nº 139, Bairro Raiar do Sol, Boa Vista/RR, CEP: 69.316-158

2º LEILÃO (PRAÇA)

No 2º leilão (praça) pela melhor oferta, desde que o lance não seja inferior a 50% (Cinquenta por cento) para a **Resolução nº 029 – TP/TJRR e art. 123 do CPP** e 80% (Oitenta por cento) para os **art. 144-A do CPP e Art. 852 do CPC**, do valor atribuído ao bem na avaliação.

DATA: 10 de julho de 2023

HORÁRIO: 9h00min. (horário local)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.wrleiloes.com.br

ENDEREÇO PRESENCIAL: Rua Três Marias, nº 139, Bairro Raiar do Sol, Boa Vista/RR, CEP: 69.316-158

1. DO OBJETO

1.1. O presente Leilão tem por objeto a alienação de veículos apreendidos, bicicletas e outros bens em ações penais em trâmite no Tribunal de Justiça do Estado de Roraima (**Art. 123 do CPP, art. 144-A do CPP e 852 do CPC**) e oriundo das delegacias sem vinculação com procedimentos investigatórios e/ou processos (**Resolução nº 09, de 16 de julho de 2008 – TP/TJRR e suas alterações pela Resolução nº 029, de 08 de novembro de 2017– TP/TJRR**), conforme relações constantes nos Anexos **I, II, III, IV, V, VI, e VII** deste edital, com e sem direito a documentação:

1.1.1. SEM DIREITO A DOCUMENTAÇÃO – São os veículos que não poderão voltar a circular e destinados à desmontagem, classificados como **SUCATAS** irrecuperáveis, conforme Lei 12.977/2014. Serão baixados definitivamente no Registro Nacional de Veículos Automotores – RENAVAL, que fica de inteira responsabilidade do arrematante o **pagamento da taxa de baixa definitiva ao DETRAN/RR (o veículo só será entregue mediante comprovante de pagamento)**, para a devida baixa. Os veículos serão passíveis, tão somente, de reutilização de peças que não apresentem irregularidades ou adulterações. O chassi será recortado, ficando a cargo do arrematante o pagamento para tal finalidade junto a empresa credenciada **W R LEILÕES (N DO O MIRANDA LTDA., CNPJ: 28.216.867/0001-06)**, situada à rua Três Marias, nº 139, Bairro Raiar do Sol, Boa Vista/RR. O motor será inutilizado e as placas retiradas, bem como outros bens móveis. O Tribunal de Justiça, a Diretoria do Fórum Criminal, à Subdiretoria de Bens Apreendidos e o Leiloeiro não se responsabilizam por veículos SEM DIREITO A DOCUMENTAÇÃO/SUCATA que possivelmente venham a ser retidos por qualquer autoridade de trânsito ou Policial por estarem andando irregularmente pelas vias de trânsito;

1.1.2 – COM DIREITO A DOCUMENTAÇÃO – veículos que poderão voltar a circular.

1.1.3 – Ficam os arrematantes obrigados a realizarem o pagamento da taxa de comunicado de venda ao DETRAN/RR (o veículo só será entregue mediante comprovante de pagamento).

2. DA PARTICIPAÇÃO DO LEILÃO

2.1 Para adquirir veículos COM DIREITO A DOCUMENTAÇÃO para voltar a circular, poderão participar do leilão eletrônico e presencial, **pessoas jurídicas** devidamente inscritas no CNPJ, por meios de seus procuradores, desde que apresentem instrumentos de procuração com a finalidade específica de participação no leilão, com firma reconhecida, comprovando serem seus representantes legais; por sócio dirigente, proprietário ou assemelhado, com poderes bastantes, desde que apresentem cópia autenticada do contrato social e que satisfaçam as demais condições deste edital, **e físicas**, maiores de idade, emancipados, possuidoras de documentos de identidade, de CPF, e de comprovante de residência, ou seus procuradores, desde que apresentem instrumentos de procuração, com firma reconhecida, comprovando serem seus representantes legais.

2.2 Para adquirir veículos SEM DIREITO A DOCUMENTAÇÃO, poderão participar do leilão eletrônico e presencial somente **PESSOAS JURÍDICAS**, devidamente inscritas no CNPJ e **CRENCIADAS** no Departamento de Trânsito do Estado de Roraima – **DETRAN/RR**, conforme **EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2021**, regido pela **LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1 DE ABRIL DE 2021** e pela **RESOLUÇÃO DO CONTRAN Nº 611 DE 24 DE MAIO DE 2016**, por meio de seus procuradores, desde que apresentem instrumentos de procuração com a finalidade específica de participação no leilão, com firma reconhecida, comprovando serem seus representantes legais; por sócio dirigente, proprietário ou assemelhado, com poderes bastantes, desde que apresentem cópia autenticada do contrato social e que satisfaçam as demais condições deste edital.

2.2.1. A Diretoria do Fórum Criminal/Subdiretoria de Bens Apreendidos e o Leiloeiro Público Oficial se reservam o direito de cancelar ou anular qualquer lance efetuado por interessados que não atendam as premissas da Lei nº. 12.977/2014 e das Resoluções nº. 611/2016 e 623/2016 (CONTRAN).

2.2.2. Os documentos referidos nos itens anteriores deverão ser exibidos no original ou por qualquer processo de fotocópia, que deverá estar devidamente autenticada por cartório ou por servidor da administração, ou estar publicado em qualquer órgão de imprensa oficial.

2.2.3. Todos os participantes serão previamente cadastrados na recepção de acesso ao Leilão, oportunidade em que deverão apresentar a documentação solicitada no item 2.2.

2.3 Poderão participar deste Leilão na sua forma Eletrônica os interessados que estiverem previamente credenciados por meio do sítio www.wrleiloes.com.br.

2.3.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Leilão na sua forma eletrônica deverão dispor de login e senha válidos obtido junto ao administrador do sítio que hospeda o Leilão com no mínimo 03 dias de antecedência a data da Sessão.

2.3.2. O uso da senha de acesso pelo interessado é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TJRR responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.4. Por força do Art. 195, parágrafo 3º, da Constituição Federal, é obrigatória a exigência de regularidade fiscal junto ao INSS.

2.5. Não será admitida a participação conforme previsto no art. **890 do novo CPC**:

I – dos tutores, dos curadores, dos testamenteiros, dos administradores ou dos liquidantes, quanto aos bens confiados à sua guarda e à sua responsabilidade;

II – dos mandatários, quanto aos bens de cuja administração ou alienação estejam encarregados;

III – do juiz, do membro do Ministério Público e da Defensoria Pública, do escrivão, do chefe de secretaria e dos demais servidores e auxiliares da justiça, em relação aos bens e direitos objeto de alienação na localidade onde servirem ou a que se estender a sua autoridade;

IV – dos servidores públicos em geral, quanto aos bens ou aos direitos da pessoa jurídica a que servirem ou que estejam sob sua administração direta ou indireta;

V – dos leiloeiros e seus prepostos, quanto aos bens de cuja venda estejam encarregados;

VI – dos advogados de qualquer das partes.

3. ESTADO DE CONSERVAÇÃO E CONDIÇÃO DOS BENS

3.1. Os bens serão vendidos em caráter “AD CORPUS”, no estado de conservação e condição em que se encontram, não cabendo, pois, ao Leiloeiro, nem ao Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, qualquer responsabilidade posterior, como concessão de abatimento no preço em decorrência de suas qualidades intrínsecas ou extrínsecas, ou mesmo por conta de vícios redibitórios, consertos, reparos, reposição de peças com vício(s), defeito(s) ou ausentes, e providências quanto à sua retirada e transporte após arrematação, pressupondo-se terem sido previamente examinados os bens, bem como conhecidos e aceitos os termos do certame pelos licitantes;

3.2. O Arrematante não poderá, em hipótese alguma, reclamar desconhecimento dos materiais a serem leiloados e nem recusar a arrematação;

3.3. Os lotes são discriminados um a um, contendo a descrição sucinta do bem, lance mínimo de arrematação, eventuais débitos/multas/taxas incidentes apurados e porventura informados pelas autoridades competentes, nesse último caso, excetuados os lotes de veículos destinados à desmontagem, com possível reaproveitamento e reposição de peças ou conjunto de peças, que estão impedidos de voltar a circular e os demais bens móveis, além de outras informações necessárias;

3.4. Considerando que o Leilão consiste em modalidade de licitação, o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima e o Leiloeiro não se enquadram na condição de fornecedores ou comerciantes nos termos da lei, com fulcro no art. 663 do código civil, ficando eximidos, assim, de qualquer responsabilidade (art. 448 do código civil) por vícios ou defeitos, ocultos ou não.

4. DA VISTORIA DOS BENS

4.1. Para que os interessados possam conhecer previamente os bens a serem leiloados, os mesmos estarão disponíveis no local, datas e horários conforme apresentados a seguir:

21, 22 e 23 de junho de 2023, no horário de 08 h às 11 h e de 14 h às 17 h, no endereço: Rua Três Marias, nº 139, Bairro Raiar do Sol, Boa Vista/RR, CEP: 69.316-158.

4.2. Será permitida apenas a avaliação visual, vedados quaisquer outros procedimentos, como manuseio, experimentação e ou retirada de peças.

5. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

5.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente Edital, por irregularidade na aplicação da Lei, devendo protocolar o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 03 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no §1º do art. 113 da Lei nº 8.666/93;

5.2. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de leilão perante a Administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura do leilão, indicando as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso;

5.3. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente;

5.4. Qualquer dúvida existente sobre os termos do edital poderá ser objeto de pedido de esclarecimento, por escrito, ao Leiloeiro em até 03 (três) dias úteis anteriores à data de abertura do Leilão;

5.5. Os pedidos de esclarecimentos e de impugnação deverão conter, no mínimo:

a) o número deste Leilão, CNPJ/CPF, razão social, endereço completo, nome completo do representante legal/funcionário ou interessado subscritor do pedido e o e-mail para resposta;

b) a exposição da dúvida para o correto entendimento das regras do edital, ou a indicação do item, cláusula ou condição do edital que pretenda questionar, devendo, neste caso, vir acompanhada das razões da impugnação.

5.6. Os esclarecimentos e impugnações deverão ser enviados por meio do endereço eletrônico: contato@wrleiloes.com.br;

5.7. O Leiloeiro decidirá sobre a impugnação e o esclarecimento;

5.8. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do Leilão, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas;

5.9. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizados no sistema eletrônico para ciência dos interessados.

6. DISCRIMINAÇÃO DOS ITENS

6.1. O objeto do presente leilão será composto por itens, conforme discriminação constante dos Anexos I, II, III, IV, V, VI, e VII deste Edital.

7. DOS LANCES:

7.1. A simples oferta de lance implica aceitação expressa pelo licitante de todas as normas e condições estabelecidas neste Edital;

7.2. Será considerado vencedor o Arrematante que oferecer o maior lance, assim considerado maior valor nominal, igual ou superior ao preço mínimo, não sendo admitido lances de valores idênticos (art. 22, §5º, parte final, da Lei nº 8.666/93);

7.3. Durante o Certame, os lances serão verbais, formulados pelos interessados que estiverem participando do leilão na forma presencial, e eletrônicos, formulados pelos interessados que estiverem participando do leilão na forma eletrônica;

7.3.1. O leiloeiro comunicará os participantes presenciais em tempo real acerca dos lances formulados por meio eletrônico e vice-versa;

7.4. O leiloeiro, a fim de racionalizar os trabalhos, poderá estabelecer diferença mínima para sucessão dos lances, informando aos interessados antes da abertura de lances para cada item;

7.5. O licitante que estiver participando do certame em sua forma presencial ao arrematar um item, de imediato entregará a um dos auxiliares do Leiloeiro um documento de identidade (com foto), CPF e comprovante de residência. Em contrapartida, como garantia do item arrematado, receberá um Recibo de Arrematação com identificação do número e valor do item arrematado e outras informações pertinentes, podendo assim, o arrematante, se quiser, continuar participando da arrematação de outros itens do leilão. Durante os acertos financeiros, o arrematante deverá estar munido dos documentos previstos no item 2 deste Edital, sob pena de perder o direito ao item, sendo considerado nulo o lance oferecido, retornando o item ao leilão;

7.6. Os lances efetuados são irrevogáveis e, se vencedores, geram uma obrigação contratual, na forma de promessa de compra, a qual deverá ser paga, na forma prevista no item 8.2, sob pena de cancelamento da venda;

7.7. Em caso de inobservância do disposto nos tópicos anteriores, poderá o bem, a juízo da Administração, voltar a ser apregoado no mesmo evento em que fora arrematado.

8. DA ARREMATAÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Será declarado Arrematante do ITEM em disputa o participante que oferecer o MAIOR LANCE;

8.1.1. Finalizada a disputa, o Leiloeiro emitirá, em nome do Arrematante, a Recibo de Arrematação, a qual conterá as seguintes informações:

- a) Nome e qualificação completa do Arrematante, incluindo endereço residencial;
- b) Descrição do(s) bem(ns) arrematado(s);
- c) Valor de arremate, e
- d) Instruções sobre pagamento dos bens e da comissão do Leiloeiro.

8.2. O Arrematante terá os seguintes prazos e condições para pagamento:

8.2.1. O valor dos itens arrematados será pago à vista (de uma só vez), no prazo máximo de 03 (três) dias após a data do leilão, por meio de guia Administrativa – Resolução 029/17 TP/TJRR e art.123 CPP (destinado ao FUNDO JUDICIAL – FUNDEJURR) e Guia Judicial – art. 144-A do CPP e art. 852 da Lei 13.105 de 16 de março de 2015 do CPC (depositada nos autos dos processos) a serem emitidas pelo Leiloeiro;

8.2.2. Fica o Arrematante ciente, que a entrega do bem só ocorrerá após compensação da GUIA ADMINISTRATIVA E GUIA JUDICIAL;

8.2.3. Já a comissão do Leiloeiro, no importe de 5% (cinco por cento) sobre o valor do bem arrematado, deverá ser paga à vista (de uma só vez), no ato da arrematação por meio de pagamento em espécie, cartão de débito ou depósito na seguinte conta:

AGÊNCIA: 7170-6

CONTA CORRENTE: 0018971-5

BANCO BRADESCO

FAVORECIDO: Wesley Silva Ramos – CPF 835.853.031-53;

8.3. A não comprovação dos pagamentos previstos nos subitens 8.2.1, 8.2.2 e 8.2.3 implicará o cancelamento imediato da arrematação, gerando ao Leiloeiro o direito de cobrar sua comissão judicial ou extrajudicialmente;

8.4. Comprovados os pagamentos do bem arrematado e da comissão do Leiloeiro, será emitido o Nota de Venda de Leilão, documento apto a comprovar a regularidade da aquisição pelo Arrematante.

9. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES:

9.1. O Arrematante está incumbido das seguintes obrigações:

- a) Efetuar o pagamento do ICMS de 20% sobre o valor da arrematação para o Estado de Roraima;
- b) Caso haja incidência de ICMS para retirada para outro Estado, seu pagamento será de inteira responsabilidade do Arrematante, devendo efetuar o pagamento assim que for cobrado, através de Nota Fiscal Avulsa, de acordo com a legislação tributária em vigor;
- c) É vedado ao Arrematante, circular, ceder, permutar, vender ou de alguma forma negociar o item antes do pagamento, da extração da Nota de Venda de Leilão e antes da efetiva transferência para o seu nome; e
- d) Demais obrigações previstas neste Edital;

9.2. Ao Leiloeiro cabem as seguintes obrigações:

- a) Realizar o leilão em dia e hora previamente designados pelo TJRR, dentro das normas do Contrato Administrativo no local acordado pelas partes, dos bens constantes nos Anexos I, II, III, IV, V, VI, e VII deste Edital;
- b) Acompanhar a visita dos interessados ao local onde se encontrarem os bens a serem leiloados;
- c) Realizar o leilão em local, próprio ou decorrente de contrato de locação, com infraestrutura mínima de funcionamento, que ofereça ao público interessado conforto e segurança;
- d) Elaboração e apresentação, em até 15 (quinze) dias úteis após a realização do Leilão, de Ata de Leilão e Relatório Final, devendo conter, no mínimo os seguintes dados: a. descrição do bem; b. valor de avaliação; c. valor de arremate; d. CPF/CNPJ do arrematante; e. nome do arrematante; f. quantidade de lotes arrematados; g. quantidade de lotes não arrematados; e h. quantidade e valor de lotes em condicional, se houver e outros documentos solicitados pela Administração, julgados necessários a assegurar a perfeita transparência e publicidade do processo, e
- e) Demais obrigações previstas neste Edital e no Contrato Administrativo.

10. DA RETIRADA DOS BENS:

10.1. O Arrematante obriga-se a retirar os bens arrematados em até 05 (cinco) dias úteis após a emissão da Nota de Venda de Leilão, devendo observar que a não retirada, no prazo de 15 dias úteis após a emissão da Nota de Venda de Leilão implicará em declaração tácita de abandono do mesmo, autorizando o Leiloeiro a retornar os bens ao depósito para ser leiloados em outra oportunidade;

10.1.2. O prazo de retirada poderá ser prorrogado, por igual período, a critério da Administração, após pedido do Arrematante que deverá fundamentá-lo em alguma das hipóteses previstas no art. 57, §1º, da Lei nº 8.666/93;

10.2. A retirada dos lotes arrematados poderá ser feita nos seguintes horários, mediante prévio agendamento junto à Equipe do Leiloeiro: das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min;

10.3. Não será permitida a utilização das áreas onde estão armazenados os bens para montagem ou desmontagem do lote arrematado, bem como seleção do mesmo;

10.4. O arrematante é responsável pela utilização e destino final dos veículos para desmontagem, com possível reaproveitamento e reposição de suas peças ou conjunto de peças e responderá, civil e criminalmente, pelo seu uso ou destinação em desacordo com as restrições estabelecidas neste edital e na legislação em vigor, ou seja, Lei nº. 12.977/2014 e nas Resoluções nº. 611/2016 e 623/2016 (CONTRAN).

11. DAS SANÇÕES E PENALIDADES:

11.1. O Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, observado o devido processo legal, contraditório e ampla defesa, poderá aplicar às pessoas físicas e jurídicas que participarem do leilão as seguintes penalidades previstas na Lei nº 8.666/93:

a) ADVERTÊNCIA por escrito, na hipótese de infrações às regras deste edital que acarretem prejuízo à Administração;

b) DIÁRIA DE VEÍCULOS, conforme tabela constante no anexo VIII, por dia de atraso na retirada dos bens, até o limite de 15 (quinze) dias;

c) SUSPENSÃO temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, por um período de até 02 (dois) anos, na hipótese de não pagamento nos prazos e condições previstos no item 8.2;

d) DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 anos;

d.1) Para fins de aplicação da penalidade prevista na alínea “d”, reputar-se-ão inidôneos atos de quem faz declaração falsa, bem como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

11.2. O Leiloeiro encaminhará à Administração relatório circunstanciado contendo todos os fatos potencialmente ensejadores de penalidades aos participantes;

11.3. A autoridade competente na aplicação das sanções levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13. DOS RECURSOS:

13.1. Em qualquer fase do leilão caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação do ato ou a lavratura da ata, nos termos do Art. 109 da Lei nº 8.666/93;

13.2. Caso admitido, o recurso será decidido pelo Juiz Diretor do Fórum Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

14.1. O Tribunal de Justiça do Estado de Roraima poderá revogar a licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devendo anulá-la, por ilegalidade nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93, sem que disso resulte para qualquer licitante direito ou pedido de ressarcimento ou indenização, ressalvados os casos previstos em lei;

14.2. Todas as despesas de transferências, remoção, documentos, bem como quaisquer outras correlatas, correrão por conta do Arrematante;

14.3. O Leiloeiro Público Oficial, a Diretoria do Fórum Criminal, a Corregedoria Geral de Justiça, O Tribunal de Justiça e o Estado de Roraima não se responsabilizam por débitos de quaisquer espécies no que tange à documentação vencida, impostos, multas, taxas, restrições administrativas, financeiras ou judiciais incidentes sobre os bens, sendo que os débitos existentes, divulgados ou não no momento do leilão e constando ou não do edital ficarão, exclusivamente, sob a responsabilidade dos arrematantes, bem como as providências para requerer as respectivas baixas e ou desvinculação de débitos;

14.4. A Diretoria do Fórum Criminal informa aos Arrematantes que, em conformidade com o disposto pelo § 5º, do Art. 144-A, do Código de Processo Penal, acrescentado pelo art. 5º, da Lei nº. 12.694, de 24 de Julho de 2012, deverá a Autoridade de Trânsito ou órgão de registro e controle ou equivalente expedir o certificado de registro e licenciamento em favor do Arrematante, ficando este livre do pagamento de multas, encargos e tributos anteriores, sem prejuízo de execução fiscal em relação ao antigo proprietário. Será de responsabilidade do Arrematante a iniciativa de requerer a baixa dos débitos ou outros ônus junto aos órgãos competentes;

14.5. Para a transferência de propriedade de bens (veículos), o arrematante deverá efetuar o pagamento do seguro obrigatório e de quaisquer taxas de transferência e requerer, junto ao órgão de trânsito competente (Coordenadoria Estadual do RENAVAL), a baixa dos débitos existentes, 2º via do CRV – Certificado de Registro de Veículo ou documento equivalente, conforme orientações do DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito, mediante o encaminhamento do original ou cópia autenticada do Termo de Recibo do Arrematante e Carta de Arrematação fornecidos pelo Leiloeiro Público Oficial e deste Edital e Anexo fornecido pela Diretoria do Fórum Criminal/Subdiretoria Bens Apreendidos, que serão entregues ao Arrematante, conforme subitem “5.1”, no prazo máximo de até 20 (vinte) dias após a arrematação;

14.6. A descrição dos lotes se sujeita a correções apregoadas no momento do leilão, para cobertura de omissões ou eliminações de distorções, acaso verificadas, desde que não modifiquem a essência dos lotes;

14.7. A Administração poderá retirar do leilão qualquer um dos bens ou cancelar os mesmos, até a data de sua realização, sem que caiba nenhum direito de reclamação ou indenização aos participantes;

14.8. Cópia desse edital poderá ser obtida por meio do sítio www.wrleiloes.com.br;

14.9. Os casos omissos serão solucionados pelo Juiz Diretor do Fórum Criminal.

Boa Vista, 14 de junho de 2023

DANIELA SCHIRATO COLLESI MINHOLE

Juíza de Direito – Diretora do Fórum Criminal – em Exercício

ANEXO I – RELAÇÃO DOS ITENS

RELAÇÃO DE MOTOS ENTREGUE PELA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RORAIMA COM DESTINAÇÃO NA RESOLUÇÃO 029/17 – TP/TJRR, PARA O 25º LEILÃO

ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	COR	CHASSI	PROCEDIMENTO
01	NAR4327	HONDA/CG 150 SPORT – BX SUCATA	CINZA	9C2KC08607R016738	B.O. Nº 6434/2023-3ª DP
02	NAK3458	HONDA/CG 125 TITAN KS – BX SUCATA	PRATA	9C2JC3010YR134483	B.O. Nº 8865/2023-3ª DP
03	NAH6172	HONDA/CG 125 TITAN ES	PRATA	9C2JC3020YR008550	B.O. Nº 9098/2023-3ª DP
04	NAH9130	HONDA/CG 125 TITAN	AZUL	9C2JC250XWR034757	B.O. Nº 9552/2023-3ª DP
05	NOI8299	HONDA/CG 150 SPORT – AM SUCATA	VERMELHA	9C2KC08608R027221	B.O. Nº 10970/2023-3ª DP
06	JVX7403	HONDA/CG 125 FAN – PA SUCATA	VERDADEIRA PRETA FALSA AZUL	9C2JC30708R573763	B.O. Nº 14752/2023-3ª DP
07	NAT0295	HONDA/CG 125 FAN – BX SUCATA	PRETA	9C2JC30707R126778	B.O. Nº 6424/2023-3ª DP
08	NAL3741	HONDA/CG 125 TITAN KS – BX SUCATA	VERDE	9C2JC30101R076825	B.O. Nº 39457/2023-3ª DP
09	NAJ5092	HONDA/CG 125 TITAN ES	VERMELHA	9C2JC30203R113282	
10	NAX0338	HONDA/CG150 TITAN MIX KS	CINZA	9C2KC16109R021307	
11	NAP7960	HONDA/CG 150 TITAN ESD	VERMELHA	9C2KC08205R024115	
12	NAI0878	HONDA/C100 BIZ	VERMELHA	9C2HA070XWR017493	
13	NAT5186	HONDA/BIZ 125 ES	AMARELA	9C2JA04208R109178	
14	NAT0874	YAMAHA/XTZ 125E	PRETA	9C6KE093070016709	
15	NAT2458	JTA/SUZUKI EN125 YES	PRATA	9CDNF41LJ8M097533	
16	NAX6015	HONDA/NXR150 BROS ESD	VERMELHA	9C2KD04109R007852	
17	NAY0541	HONDA/CG 125 FAN ES	PRETA	9C2JC4120AR049935	
18	NAZ9145	HONDA/CG 125 FAN	PRETA	9C2JC30708R609787	
19	NAI5684	HONDA/CG 125 TITAN KS	PRATA	9C2JC30102R182533	
20	NBA1061	SHINERAY XY 150 5	PRETA	LXYPCKL08C0538316	
21	NAR3560	YAMAHA/YBR 125K	VERDE	9C6KE092060006733	
22	NAH8635	HONDA/CBX 200 STRADA	ROXA	9C2MC270TTR008575	
23	JVD9130	HONDA/CG 125 CARGO – R/F	VERDADEIRA BRANCA FALSA VERMELHA	9C2JA0100YR001882	
24	JXC3651	HONDA/CG 125 TITAN	VERMELHA	9C2JC2501RRS30559	
25	NAJ7032	HONDA/CG 125	VERMELHA	9C2JC1801JR157382	
26	NAK2714	SUZUKI INTRUDER 250	PRETA	9CDNJ41AJWM006828	
27	NAK7429	HONDA/C100 BIZ - R/F	PRETA	9C2HA0700YR011329	
28	NUI6761	YAMAHA/LANDER XTZ250	VERMELHA	9C6KG0210E0066251	
29	AF6E50D	DAFRA/SPEED 150 – VENEZUELA – SUCATA	VERMELHA		
30	S/PLACA	70 PRETA – SUCATA	PRETA		
31	S/PLACA	70 PRETA AROS AZUL – SUCATA	AZUL		
32	NAO0790	HONDA/CG 125		CG125BR1411679	
33	S/PLACA	HONDA VERMELHA – SUCATA	VERMELHA		

R/F= ROUBO/FURTO – BX= BAIXADO

ANEXO II – RELAÇÃO DOS ITENS

RELAÇÃO DE CARROS ENTREGUE PELA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RORAIMA COM DESTINAÇÃO NA RESOLUÇÃO 029/17 – TP/TJRR, PARA O 25º LEILÃO

ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	COR	CHASSI	PROCEDIMENTO
34	JWG7040	FORD/PAMPA 1.8 GL	VERDADEIRA PRATA FALSA CINZA	9BFZZZ55ZPB227983	
35	JXS5255	VW/GOL 1.0	VERDADEIRA CINZA FALSA PRETO	9BWCA05W58P044835	
36	NAI2601	VW/GOL 16V	VERDADEIRA AZUL FALSA PRETO	9BWZZZ373XT026586	
37	NAT2883	FORD/FIESTA FLEX	PRATA	9BFZF10A288082868	

R/F= ROUBO/FURTO – BX= BAIXADO

ANEXO III – RELAÇÃO DOS ITENS

RELAÇÃO DE MOTOS COM PERDIMENTO, NO ART. 123 DO CPP PARA O 25º LEILÃO

ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	COR	CHASSI	PROCEDIMENTO
38	NAJ1476	HONDA/CG 125 TITAN – BX – SUCATA	VERMELHA	9C2JC250TTR027226	3ª VARA CRIMINAL 0821590-27.2018.8.23.0010
39	NAN5216	HONDA/CG 125 FAN ES	ROXA	9C2JC4120BR709717	INFÂNCIA E JUVENTUDE 0800204-84.2021.8.23.0090
40	AB7A62B	ARSENI II	AZUL		VARA CRIMINAL 0800004-43.2022.8.23.0090
41	OTP0894	YAMAHA/YS150 FAZER SED – PA – SUCATA	BRANCA	9C6KG0650E0010934	1ª VARA CRIMINAL 0813906-85.2017.8.23.0010
42	NAL4654	HONDA/CG 125 TITAN – BX – SUCATA	CINZA	9C2JC2501SRS00648	JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL 0803294-15.2022.8.23.0010
43	VERDADEIRA NAK7321 FALSA JXF6240	HONDA/CG 150 TITAN KS – BX – SUCATA	AZUL	9C2KC08107R100427	2ª VARA CRIMINAL 0825296-81.2019.8.23.0010
44	JXC8806	HONDA/CG 125 TITAN	VERMELHA	9C2JC250VVR162006	JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL 0828676-44.2021.8.23.0010
45	NAR3504	HONDA/BIZ 125 ES	VERMELHA	9C2JA04208R090573	1ª VARA CRIMINAL 0833773-30.2018.8.23.0010
46	VERDADEIRA NAZ9905 FALSA NAY5609	HONDA/CG 125 FAN ES – R/F	AZUL	9C2JC41209R073401	3ª VARA CRIMINAL 0000833-84.2014+8.23.0010
47	NAS6645	HONDA/CG 160 TITAN	AZUL	9C2KC2210KR040507	ARA DE CRIMES C. VULNERÁVEIS 0813004-30.2020.8.23.0010

R/F= ROUBO/FURTO – BX= BAIXADO

ANEXO IV – RELAÇÃO DOS ITENS

RELAÇÃO DE CARROS COM PERDIMENTO, NO ART. 123 DO CPP PARA O 25º LEILÃO

ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	COR	CHASSI	PROCEDIMENTO
48	JXO2005	TOYOTA/COROLLA XEI 18 VVT	BEGE	9BR53ZEC248546505	1º TRIBUNAL DO JURI 0825903-94.2019.8.23.0010
49	NAM2506	GM/CELTA 3 PORTAS	AZUL	9BGRD08X04G156196	2ª VARA CRIMINAL 0014408-62.2014.8.23.0010

ANEXO V – RELAÇÃO DOS ITENS

RELAÇÃO DE MOTO COM ALIENAÇÃO ANTECIPADA, NO ART. 144-A DO CPP PARA O 25º LEILÃO					
ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	COR	CHASSI	PROCEDIMENTO
50	PHR9E39	HONDA/CG 160 TITAN – AM – RECUPERÁVEL	PRETA	9C2KC2210JR062035	1ª Vara Criminal 0840608-97.2019.8.23.0010

ANEXO VI – RELAÇÃO DOS ITENS

RELAÇÃO DE CARROS COM ALIENAÇÃO ANTECIPADA, NO ART. 144-A DO CPP PARA O 25º LEILÃO					
ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	COR	CHASSI	PROCEDIMENTO
51	JWO6248	FIAT/UNO MILLE IE	BRANCA	9BD146067T5788358	2ª VARA CRIMINAL 0000179-97.2014.8.23.0010
52	PHT4444	AUDI A5 SPB 170 CV	BRANCA	WAU8CD8T0GA019634	VEOCRIM 0825185-63.2020.8.23.0010
53	PHP2138	TOYOTA/COROLLA XEI 2.0 FLEX – AM – RECUPERÁVEL	VERDADEIRA MARROM FALSA PRETA	9BRBD3HE3J0363756	1ª VARA CRIMINAL 0840608-97.2019.8.23.0010

ANEXO VII – RELAÇÃO DOS ITENS

RELAÇÃO DE CARROS COM PERDIMENTO, NO ART. 123 DO CPP PARA O 25º LEILÃO			
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	PROCEDIMENTO
54	RELÓGIO MASCULINO, PULSEIRA DOURADA	TECHNOS	
55	RELÓGIO MASCULINO, PULSEIRA AÇO INOX	DUMONT	0810327-27.2020.8.23.0010
56	RELÓGIO MASCULINO, PULSEIRA DOURADA	NIBOSI	0822430-66.2020.8.23.0010
57	02(DUAS)PULSEIRAS EM METAL DOURADO		0822430-66.2020.8.23.0010
58	RELÓGIO MASCULINO, PULSEIRA DOURADA	DIESEL	0833337-37.2019.8.23.0010
59	RELÓGIO MASCULINO, PULSEIRA AÇO INOX	MONDAINE	0804348-55.2018.8.23.0010
60	01(UM) CORDÃO DOURADO		0804348-55.2018.8.23.0010
61	RELÓGIO MASCULINO, PULSEIRA QUEBRADA	TECHNOS	
62	RELÓGIO FEMININO, PULSEIRA EM AÇO, COR ROSÊ	MONDAINE	
63	RELÓGIO MASCULINO, PULSEIRA EMBORRACHADA, PRETA	PUMA	0816740-90.2019.8.23.0010
64	01(UM) ANEL DOURADO, ESTILO DE FORMATURA COM PEDRA DE COR PRETA		0820828-06.2021.8.23.0010
65	01(UMA) PULSEIRA DOURADA E 01(UM) CORDÃO DOURADO DANIFICADO		0820828-06.2021.8.23.0010

ANEXO VIII – RELAÇÃO DOS ITENS

ITEM	DESCRIÇÃO DE SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO
01	REMOÇÃO VEÍCULOS PORTE PEQUENO	R\$ 120,00
02	REMOÇÃO VEÍCULOS PORTE MÉDIO ATE 3.500 KG	R\$ 150,00
03	REMOÇÃO CARRO PORTE GRANDE ACIMA DE 3.500 KG	R\$ 350,00
04	REMOÇÃO DE MOTOCICLETAS	R\$ 80,00
05	DIÁRIA VEÍCULOS PORTE PEQUENO	R\$ 15,00
06	DIÁRIO VEÍCULOS PORTE MÉDIO ATE 3.500 KG	R\$ 20,00
07	DIÁRIA VEÍCULOS PORTE GRANDE ACIMA DE 3.500 KG	R\$ 25,00
08	DIÁRIA VEÍCULOS MOTOCICLETAS	R\$ 10,00
09	RECORTE/RETIRADA DE CHASSI CARRO	R\$ 180,00
10	RECORTE/RETIRADA DE CHASSI MOTO	R\$ 90,00



Documento assinado eletronicamente por **DANIELA SCHIRATO COLLESI MINHOLI**, Juiz de Direito, em 14/06/2023, às 10:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjrr.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **1678218** e o código CRC **4767A205**.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA – DIRETORIA DO FÓRUM CRIMINAL – GABINETE
JUIZ. Av. Cb. P. M. José Tabira de Alencar Macedo, nº 602 – Sala 250, Caranã – CEP 69313-595 –
Boa Vista – RR. Telefone: - (95)3194-2684, e-mail: diretoriafc@tjrr.jus.br – <http://www.tjrr.jus.br>.

ANEXO I

RELAÇÃO DE VEICULOS COM PERDIMENTO NO ART 144-A DO CPP

LOTE	PLACA	MARCA	MODELO	ANO	COMB	COR	STATUS	CHASSI	AVALIAÇÃO	TAXA
1	PHT4444	AUDI	A5 SportBack Ambiente 170/Attraction 170 1.8 16V TFSI Turbo	2015 . 2016	gasolina	BRANCA	RECUPERÁVEL	WAU8CD8T0GA019634	R\$ 54.240,00	R\$ 3.000,00

RELAÇÃO DE VEICULOS COM PERDIMENTO NO ART 123 DO CPP

LOTE	PLACA	MARCA	MODELO	ANO	COMB	COR	STATUS	CHASSI	AVALIAÇÃO	TAXA
10	NAS6645	HONDA	CG 160 Titan CBS FlexOne	2019 . 2019	alcool/gasolina	AZUL	RECUPERÁVEL	9C2KC2210KR040507	R\$ 1.750,00	R\$ 380,00

RELAÇÃO DE VEICULOS COM RESOLUÇÃO 029

LOTE	PLACA	MARCA	MODELO	ANO	COMB	COR	STATUS	CHASSI	AVALIAÇÃO	TAXA
9	NAJ5092	HONDA	CG 125 Titan ES	2002 . 2003	gasolina	VERMELHA	RECUPERÁVEL	9C2JC30203R113282	R\$ 150,00	R\$ 380,00
17	NAZ9145	HONDA	CG 125 Fan	2008 . 2008	gasolina	PRETA	RECUPERÁVEL	9C2JC30708R609787	R\$ 150,00	R\$ 380,00
32	JWG7040	FORD	Pampa GL 1.8	1993 . 1994	gasolina	PRATA	RECUPERÁVEL - REMARCAÇÃO DO CHASSI SERÁ POR CONTA DO ARREMATANTE	9BFZZZ55ZPB227983	R\$ 500,00	R\$ 800,00